

Ao Governo da Frente Popular - POA
Aos Partidos PT e PCB
Aos Trabalhadores da Sopal

Porto Alegre, 17 de abril de 1990

A Desapropriação da Sopal: Decisão Irreversível.

1. Introdução

O Governo da Administração Popular está rediscutindo a desapropriação da Sopal e muito se tem falado a respeito. Especialistas de última hora, videntes de fatos consumados têm se manifestado contrários à vontade política inicial do governo em administrar diretamente os serviços prestados pela empresa. Pretendo neste texto situar a questão na sua dimensão política e a partir dela reafirmar a vontade do governo hoje corroída pela confusão e pelas dúvidas.

2. Antecedentes

Em abril de 1989, as intervenções sofriam um cerco que iniciando-se pela Sopal colocava a eminente perda do controle das outras garagens sob intervenção: Trevo, VTC, São João, Nortran e Sudeste. A Sopal era a mais atingida! Ameaças de greves constantes, pagamentos de salários atrasados devido a sabotagem no computador, indisciplina e falta de controle da administração sobre o serviço eram demonstrativos que a Sopal estava prestes a entrar em colapso. Das assessorias técnicas do governo chegavam, em todas as ocasiões, as confirmações de irregularidades e mais irregularidades. A Sopal era a campeã das irregularidades. Delitos de todas as ordens: descapitalização da empresa, uso indevido dos recursos, sabotagem, constituição de empresa fantasma, a frota mais sucateada da cidade, etc. A Sopal iria cair se não tomássemos uma medida radical. A proposta veio: desapropriar a empresa. No gabinete do Prefeito, o governo tomou esta decisão. É certo que ela não foi a opinião de todos. Aliás não houve quem sustentasse uma outra alternativa. No máximo, tivemos ponderações sobre o custo da desapropriação. O Prefeito anunciou a decisão: desapropriar a Sopal, custe o que custar. Isto hoje fora do contexto pode soar inconsequente. Pa

ra o governo não. Sabia-se que a empresa estava falida. Sabia-se também que ela tinha uma dívida muito grande.

3. O histórico das intervenções

O governo se apercebeu que havia um erro político na condução das intervenções já nos seus primeiros dias. Tal percepção, no entanto, não era compartilhada pelo secretário de então. A direção nas garagens era absolutamente despolitizada e descomprometida com o projeto da Administração Popular. Os técnicos, mesmo aqueles que honestamente se esforçaram, não levavam às últimas consequências as decisões do governo. Teve um que inclusive declarou que não podia arriscar-se pois afinal "quem garantiria que, no futuro, o Guerreiro (presidente da ATP) não seria Secretário de Transportes"! O governo enfrentou o cerco dos empresários dos transportes e inúmeras divergências internas que lhe causaram danos. Esta luta se estendeu até à equipe central da secretaria onde haviam elementos que não poderiam jamais ter privado da nossa intimidade. Avaliação que ficou sobejamente comprovada mais tarde.

As empresas permissionárias de Porto Alegre têm uma característica marcadamente familiar, paternalistas. O autoritarismo adquire uma feição conformista nos trabalhadores e as relações patriarcais legitimam, de certa forma, os desmandos que lá ocorrem. Levou muito tempo para que o conjunto dos trabalhadores da Sopal aceitasse a "revolução" que representou a prefeitura entrar na garagem e "mandar nas coisas do patrão". Com esta tradição lida o empresário e seus acólitos durante todo o tempo. Todos os meses o Nestor estava voltando. Mesmo quando praticamente panfleteamos o decreto de declaração de utilidade pública e a cassação da permissão dos antigos proprietários haviam os que estavam incrédulos. Esta atitude no entanto tirou as dúvidas dos nossos colaboradores intermediários. A decisão do governo era pra valer. Das dezenas de reuniões que participei sempre fui enfático: "o meu governo decidiu: a empresa Sopal não tem volta, podem trabalhar confiantes".

Com base na palavra do Prefeito e como seu representante na empresa dei garantias aos trabalhadores que enfrentassem a patronal e executassem as medidas necessárias para o controle da garagem. Com isto dezenas de companheiros trabalhadores, do partido ou não, lançaram-se na tarefa de sanear e disciplinar a empresa. Enfrentaram ameaças, agressões, estouraram quadrilhas de vale transporte e da roleta, participaram de inquéritos policiais, investigações, sindicâncias, etc. Fizaram isto por que tinham em mim

a confirmação permanente da convicção sólida da vontade do governo, do Prefeito, garantindo que a decisão era irreversível. Não precisavam temer represálias. É sempre bom recordar que a desapropriação foi uma decisão que partiu do governo, baseado na sua necessidade de controle do sistema e isto foi levado a cada trabalhador na garagem, aos membros do partido, à comunidade.

4. A desapropriação, a perícia e o laudo técnico.

Em junho de 1989, no meio de uma crise com os técnicos interventores, o governo altera o comando das empresas que restaram sob intervenção: Trevo, VTC e Sopal. No mês de agosto, comuniquei ao governo que até aquele momento não havia sido tomado nenhum encaminhamento concreto sobre a desapropriação. Frente a este fato encareguei-me de agilizar os meios necessários e passá-los ao Dr. Orlando para a conclusão do processo. Por desinteresse, a decisão do governo estava a três meses mofando sem que ninguém respondesse por isto. Até o mês de outubro o secretário demitiu-se, coincidindo com o término do estudo e finalização do processo de desapropriação e o governo deu ingresso com a ação na 4ª Vara da Fazenda Pública.

A comunidade portoalegrense e gaúcha tomam conhecimento dos fatos por exposição direta do prefeito e do secretário: "a Sopal está desapropriada devido as irregularidades lá cometidas e a necessidade de manter o serviço de transporte coletivo na região norte da cidade". O Município propõe na ação uma indenização simbólica aos proprietários pois pelos estudos realizados as dívidas superavam os bens da empresa. O Município com isto assumia a integralidade do passivo da empresa junto aos credores.

Num daqueles malabarismos nebulosos o governo vem desde aquela época falando em desapropriação a "custo zero". Tal afirmação carece de fundamento e frente a seriedade dos fatos é irresponsável. Não existe desapropriação sem justa e prévia indenização de acordo com a nossa Constituição. O que a ação de desapropriação defendia, partindo de uma análise contábil dos bens, era de que ao proprietário não cabia indenização pois este tinha comprometido todos os bens da empresa junto a credores. Estes últimos seriam os beneficiários da desapropriação, pois o Município assumia toda a dívida!

A perícia feita em março deste ano com base na avaliação

dos valores de mercado dos bens (remetidos à data da intervenção, 14.02.89) demonstra, nesta fase inicial, que existe um patrimônio líquido (diferença entre os valores de todos os bens e os valores de todas as dívidas) positivo que deve ser possivelmente depositado à título de indenização prévia para a emissão liminar de posse das ações de empresa pelo município de POA. Qual é a novidade? Quanto ao comprometimento financeiro do município em relação a desapropriação nenhuma novidade pode ser anunciada. O fato novo é de que entre os que devem receber valores do município devido a desapropriação está o ex-proprietário, mesmo que uma parcela inferior em relação ao conjunto de credores da empresa. Isto pode nos revoltar, nos indignar porque sabemos que o ex-proprietário não é uma pessoa idônea, lesou o serviço, etc. mas isto não muda a realidade dos fatos frente a desapropriação da empresa.

Segundo o laudo da perícia judicial a empresa vale, hoje, algo em torno de 270 milhões de cruzeiros. Ao desapropriar, o município assumiu o pagamento deste patrimônio. Não o faria, segundo a nossa ação original, ao proprietário pois este havia comprometido a integralidade dos bens junto a credores. Assumia, portanto, o pagamento junto aos credores. O que mudou em relação a comprometimento financeiro? Em termos absolutos nada. Desde sempre o município é devedor destes valores por decisão livre e sabidamente assumida ao desapropriar.

O governo não pode alegar que "não vai pagar um tostão pela Sopal" por que isto não é sério. Surge aqui com toda a agudeza a confusão do "custo zero". Ora, tal situação nunca existiu. É uma bobagem. Uma rima ideológica de mal gosto e que soa como uma bravata a qualquer pessoa minimamente informada.

Existe sim, a partir do laudo, uma alteração do perfil da dívida assumida pelo município com a desapropriação. O ex-proprietário tem uma indenização a receber. O governo achava que não era assim, que os credores é que tinham que receber tudo. No que, essencialmente isto altera o comprometimento financeiro do município assumido com a desapropriação? Eu afirmo: nada.

O governo pode mudar sua estratégia em relação ao transporte, pode mudar sua vontade política sob qualquer alegação. O que o governo não pode é afirmar que não quer investir recursos na Sopal pois isto - investimento - é da essência do próprio ato de desapropriação. Sequer o governo pode alegar que foi induzido a erro, pois são inúmeros os relatos e informes a respeito desta realidade.

Pode-se afirmar que o município não tem recursos para este desembolso agora, que não esperávamos um laudo desfavorável, etc. Isto é plausível. Ganhemos tempo e façamos as reservas necessárias para o depósito já que não contávamos com este "desencaixe" a curto prazo.

Só para fazer um exercício de comparações. A Sopal é a maior empresa de transporte coletivo da capital e certamente do estado. Ela vale aproximadamente 270 milhões de cruzeiros, valor muito aquém do empréstimo retirado pela Administração Popular para o pagamento do 13º salário do funcionalismo em dezembro de 89 que entre o principal e os juros ultrapassou 400 milhões de cruzeiros! O depósito pelo perito judicial é de 103 milhões de cruzeiros, pelo nosso laudo é de 60 milhões de cruzeiros. O valor arbitrado pelo juiz deverá ficar entre estes limites. O nosso laudo representa quase o valor pago como abono (dinheiro extra) ao funcionalismo no mês de fevereiro numa operação questionável. Afirmo que estes valores para a empresa Sopal são baixos para o que representa aquele patrimônio.

Ocorre que está se gestando no governo uma idéia de que pagar a indenização é "por dinheiro fora" é "deixar de investir em outras áreas", etc. A segunda afirmação guarda algo de verdadeiro, mas só em parte já que o nosso governo tem obrigação de responder a questão do transporte coletivo em POA. Esta é uma "marca" que quer queiramos ou não nos acompanhará durante todo o mandato e isto exigirá investimentos. Nós podemos até garantir a manutenção de serviços como limpeza, sinalização, etc. coisa que qualquer governo mediano faria, agora mudar radicalmente o perfil e qualidade do transporte da capital é que pode nos distinguir dos demais e se não fizermos isto, mesmo com a maquiagem da cidade, o nosso projeto estará atingido.

5. A decisão é política

O nosso partido e o PCB assumiram o governo da capital gaúcha num momento particularmente difícil mas nem por isto menos rico para as esquerdas. A Frente Popular, entre expectativas e esperanças, ao longo destes quinze meses tem dificuldade de responder as exigências populares. As demandas reprimidas ao longo do tempo, romperam as comportas e desaguam na Administração Popular. O Partido e a população tinham uma visão quimérica das possibilida -

des, uma visão distorcida do processo e seus limites. POA não é o "reino socialista" e nem seus problemas nasceram com a Administração Popular. Temos dificuldades em demonstrar isso. Os inimigos precisam nos desmoralizar tirar de nós a imagem da diferença, abalar o único alicerce que move os indivíduos e as multidões: a credibilidade.

Eu acredito, tu acreditas, ele acredita ... nós acreditamos e é isto que nos une. Se isto ruir, todo o resto não importa.

Ao longo destes 15 meses de governo aprendemos como os empresários do transporte têm fôlego e quão diversa é a sua artimanha. Nós os atingimos vitalmente em dois momentos: na desapropriação da Sopal e quando assumimos a administração do vale transporte pelas intervidas e Carris. Até hoje eles se ressentem destes golpes que assestamos. A máfia do transporte está se reconstituindo. Utiliza a população como refém. Foi assim no caso Trevo e VTC: os reféns eram os milhares de trabalhadores da vila Restinga. O responsável, dono da Belém Novo, seguindo uma tática que será usada contra nós daqui por diante "faliu". Os demais empresários nos ameaçaram de "falirem" em cascata. O cartel se reconstituiu mais poderoso porque agora pensa em controlar todas as variáveis e a nós restará a submissão. A qualquer ato mais ousado virão as consequências: entregas de linhas, desistências de permissões, concordatas, falências. O sinal conclusivo para este cenário é a entrega da empresa Sopal. Eles pacientemente cultivaram a Trevo e a VTC. As nossas indefinições e divergências impediram de vislumbrar uma saída mais satisfatória e eles ganharam. Falta o round final. O nocaute. O beija-lona: entregar-lhes a Sopal.

Desta vez o dano não é tão superficial. Menos importa que à nível de opinião pública surjam as altissonantes manifestações de que "o-que-prevaleceu-foi-o-interesse-da-comunidade-e-por-isto-recuamos-da-desapropriação". Nós sabemos que os interesses da comunidade não estão preservados enquanto o cartel estiver intocável.

Neste quadro conta aqui e de forma decisiva a relação que o conjunto do partido e da sociedade civil organizada (as associações, sindicatos, grupos culturais, etc.) não enxergar na ação do governo. É impossível encarar aquela comunidade depois de um recuo como o que está sendo proposto. Muito menos é possível pensar em contar com o partido, os trabalhadores e os militantes do movimento social. Aqueles que investiram suas vidas sob a garantia da palavra do prefeito, como ficam? Como enfrentarão a humilhação e a

desmoralização que virão após a entrega? Não estou aqui levantando um elemento menor na ação política. Estou falando da subjetividade, do ânimo que move as pessoas inclusive para objetivos considerados a priori impossíveis. Pois é este ânimo que tem que ser preservado, sem ele nenhuma decisão do governo no futuro terá o empenho e o comprometimento necessário. Tal como o técnico que no início da intervenção disse que não se comprometeria radicalmente pois quem garantiria que no futuro o Guerreiro não seria secretário de Transporte, podemos ter no conjunto do governo, do partido e das organizações dos trabalhadores a eterna dúvida: e se o Olívio voltar atrás??!! Ou seja se quebrará o elo de confiança.

A imprensa, os colunistas, os articulistas se encarregarão de por a pã de cal na credibilidade interna do governo. O partido, principalmente na Zona Norte, sofrerá um abalo. Os setores que se opõem à linha atual do governo saberão utilizar isto em seu proveito: engordam na crise. Alguém dirá que estou propondo um drama, pois bem, olhem à volta, consultem os companheiros e tirem suas conclusões. O fato será garantidamente explorado contra nós no processo deste ano, com os prejuízos evidentes a nossa pretensão de ganhar o governo do estado do RS, aprofundando o desânimo que grassa hoje no partido fruto da incompreensão, da ignorância, da falta de atualidades **de muitas teses que defendemos**, de uma cultura da nossa militância. O que temos hoje é o partido frente a sua realidade nua e crua. É o partido se encontrando - ou melhor - na possibilidade de se encontrar com os desafios da modernidade, de negar as fórmulas simples, de recriar a difícil arte de conviver com as divergências da democracia e de ver que não basta ter razão para mudar o mundo.

A situação presente não se compara aos episódios da Trevo e da VTC. Nenhuma das duas empresas esteve em algum momento, em pé de igualdade ao caso da Sopal. A desapropriação da Sopal foi um ato que partiu do governo. Do anúncio seguiu-se a materialização no ato desapropriatório. A vontade política publicitada concretizou-se com fatos que derivaram consequências sociais, políticas e jurídicas. Sobre a Trevo e a VTC tivemos, sim, foi uma pressão direta da garagem para que o governo se definisse pela desapropriação das duas empresas que, se vinha a encontro da vontade do governo, encontrava problemas da viabilização. Quando caiu a tese da reversão dos bens, caiu a Trevo e a Sopal. A questão Belém e Restinga só agravaram a fragilidade com que o governo enfrentou a problema. A questão substantiva foi a impossibilidade do governo administrar diretamente a Trevo e a VTC, independentemente da crise da Restin-

ga e da falência da empresa Belém Novo. Logo qualquer comparação simplificada está, no mérito, equivocada e não presta para tirar conclusões iguais: se se foi a Trevo e a VTC que se vá a Sopal. Não. Não é possível igualar realidades tão diferentes e com enfoques tão diversos dados pelo próprio governo a partir dos seus objetivos estratégicos.

O governo pode desistir das suas pretensões quanto ao transporte coletivo. Pode investir somente em uma unidade operadora (Carris), no entanto, não alterará a realidade de que o Cartel (ATP) se fortalecerá e inabalavelmente contralará o serviço de transporte coletivo da capital gaúcha. A diferença da nossa ação para qualquer outro governo está justamente nas medidas que tomamos até agora com todas as dores de cabeças e dificuldades. Podemos até nos livrar delas, levar uma vida serena e pacata, mas junto descartaremos o nosso perfil mudancista, corajoso e transformador.

O "canto da sereia" de que tudo vai mudar para a população da Zona Norte com os empresários, mal esconde a sucumbência à realidade imediata e a derrota de sentido estratégico que iríamos submeter as forças de esquerda logo quando o neo-liberalismo nos cerca e faz loas ao privatismo em todos os setores da atividade humana. Este sentido ideológico e estratégico estaria perdido junto com a desistência, assim como a possibilidade de quebrar o controle do cartel sobre os transportes da capital.

Por tudo que foi exposto a decisão é política, a vontade é política e por isto considero que para garantir o perfil e os rumos do nosso governo é inadmissível desistir da desapropriação da Sopal. Que o governo assuma com radicalidade esta decisão e tome as medidas cabíveis. De minha parte estou disposto a enfrentar com a parte que me cabe as reponsabilidades da decisão.

Porto Alegre, 17 de abril de 1990

Estilac Xavier